

TEMAS PRIORITÁRIOS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO GEF-6 - POR ÁREA FOCAL

26/03/15

A definição das prioridades de financiamento de projetos com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) faz parte da estratégia do Governo Federal para cumprir com as obrigações estabelecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e Convenção de Minamata sobre Mercúrio.

As propostas de projetos para financiamento com recursos do GEF deverão atender os temas prioritários propostos abaixo, definidos pelos representantes dos pontos focais das Convenções no Brasil, segundo os critérios estabelecidos pelo GEF. Os projetos contratados terão um acompanhamento efetivo da evolução físico-financeira. O proponente deverá enviar, periodicamente, informações para fins de monitoramento pelo GTAP e pela SEAIN.

Além dos temas prioritários, foram igualmente estabelecidos critérios básicos alusivos à forma de seleção das propostas de projetos, de acordo com:

- a) Alinhamento das propostas com as políticas estabelecidas pelo Governo Federal, especialmente com as responsabilidades nacionais junto às convenções das quais o Brasil é signatário;
- b) Investimento em propostas que agreguem maior volume de contrapartida de recursos ao projeto;
- c) Experiência comprovada e boa performance na implementação de projetos por parte da Agência Implementadora escolhida pelo proponente;
- d) Proponente com bom histórico e/ou capacidade demonstrada de execução;
- e) Projetos tecnicamente viáveis e que tenham condições de produzir impactos efetivos;
- f) Arranjo institucional compatível com o desenho e a complexidade do projeto; e
- g) Projetos de natureza preferencialmente multifocal com ações sinérgicas entre as áreas contempladas no GEF-6, alinhamento com diretrizes gerais do GEF e Convenções.

TEMAS PRIORITÁRIOS PARA BIODIVERSIDADE

1) Promoção da Sustentabilidade das Áreas Protegidas.

Escopo das propostas de projetos: Buscar alavancar recursos para garantir a sustentabilidade da implementação de projetos de áreas protegidas em longo prazo — considerando inclusive novo posicionamento do Brasil em termos de captação de recursos internacionais para operação de projetos ambientais vinculados ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, assim como uma possível substituição de recursos de doação por recursos próprios das UC (orçamento público, doações em nacionais, ferramentas econômicas de conservação etc.).

Características desejáveis: Alavancamento de recursos adicionais de doação, arranjo forte institucional entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, mecanismo ágil e experimentado de internalização dos recursos de doação, estrutura de governança bem estabelecida, construção multi-focal (agregando áreas focais como biodiversidade, clima e terras degradadas — com alavancamento da cota especial de Manejo Florestal Sustentável - Amazônia) e previsão de espaço para mainstreaming dos resultados do projeto para outros biomas brasileiros e para países da Bacia Amazônica.

2) Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável em Paisagens.

Escopo das propostas de projetos: Incorporação da conservação e uso sustentável da biodiversidade na gestão de paisagens produtivas, nas políticas setoriais e arcabouços regulatórios e nos negócios.

Características desejáveis: Alinhamento com o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Aichi da CDB, com as Metas Nacionais de Biodiversidade e com as políticas estabelecidas pelo Governo Federal e envolvimento dos setores público e privado.

3) Fortalecimento de Cadeias Produtivas Sustentáveis, baseadas no uso sustentável dos recursos naturais florestais e não florestais.

Escopo das propostas de projetos: promoção do uso sustentável da biodiversidade, tanto pelo fortalecimento de cadeias produtivas já existentes quanto para estímulo à formação de novas cadeias. As propostas devem abranger incremento das capacidades tecnológicas, identificando oportunidades e desafios para agregação de valor, a transferência de conhecimentos e tecnologias, difusão de tecnologias sociais, além de prever aprimoramentos nos arranjos produtivos em torno das práticas de organização, produção e comercialização.

Características desejáveis: Análise da cadeia produtiva sustentável com diagnóstico de gargalos, desafios e oportunidades de negócios com foco em organização comunitária local e no setor empresarial; articulação com produtores locais, cooperativas e demais atores presentes na cadeia produtiva; envolvimento dos setores público e privado, e de organizações da sociedade civil, em especial de comunidades tradicionais; alternativas de manejo florestal sustentável integrado à paisagem e recuperação de áreas degradadas; integração dos diversos setores mobilizados em torno da cadeia produtiva com as políticas públicas que contribuam para fortalecer e consolidar redes de pesquisa e inovação voltadas ao desenvolvimento local sustentável; implantação e avaliação de pilotos de tecnologias e processos de base comunitária em funcionamento em outros países fortalecendo acordos de cooperação internacional já em curso e fomentando a criação de soluções locais a partir de experiências bem sucedidas.

TEMAS PRIORITÁRIOS PARA MUDANÇA DO CLIMA

1) Quinta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e Relatórios Bienais de Atualização (BURs) de 2020 e 2022.

Escopo das propostas de projetos: Espera-se que as propostas contenham os seguintes componentes:

- a) Inventário Nacional de emissões antropogênicas por fontes e remoção por sumidouros de todos os GEEs não controlados pelo Protocolo de Montreal revisado para o período de 1990-2013 e elaborado para o período de 2014-2018;
- b) Descrição das Circunstâncias Nacionais Brasileiras e das Etapas Previstas para Implementação da Convenção (2018-2021);
- c) Avaliação de Vulnerabilidade e Medidas de Adaptação, incluindo estudos setoriais com base em cenários de modelagem climática;
- d) Conscientização Pública e Estratégia de Educação;
- e) Publicação e submissão da Quinta Comunicação Nacional; e
- f) Publicação e submissão dos Relatórios Bienais de Atualização (BURs) em 2020 e 2022.

Características desejáveis: O quinto projeto desenhado para a Comunicação Nacional do Brasil deverá ter por diferencial a operacionalização de Sistema de Informação que contemplará geração, sistematização e divulgação de conhecimento no âmbito do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o DataCLIMA, que será alimentado pelo conhecimento gerado por grupos, redes ou instituições de pesquisa dedicados à geração do conhecimento.

2) Fortalecimento do financiamento para a mitigação no Brasil orientado para gestão de resultados.

Escopo das propostas de projetos: Espera-se que as propostas contendam os seguintes componentes:

- a) Instrumentos de Financiamento para implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- b) Desenvolvimento de condições para sanar questões de mitigação por meio de estratégias de desenvolvimento sustentável;
- c) Implementação de obrigações de países em desenvolvimento previstas na UNFCCC (Ações de Mitigação apropriadas ao contexto Nacional — NAMAs e Contribuições Determinadas em âmbito Nacional - iNDCs);
- d) Apoio à implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima e dos Planos Setoriais; e
- e) Capacitação e apoio técnico para negociações internacionais sobre mudança do clima.

O objetivo principal é fortalecer a eficiência do financiamento das ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa no Brasil por meio da criação e aperfeiçoamento de arranjos de instrumentos de financiamento e sistemas de Mensuração, Relato e Verificação (MRV); desenvolvimento e implementação de uma estratégia de sustentabilidade para o Fundo Clima; definição e implementação de um quadro político de apoio para reduzir os custos econômicos das políticas de mitigação com base na avaliação das necessidades e lacunas do pré e pós-2020 (NAMAs - Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas e iNDCs - Contribuições Determinadas Nacionalmente, respectivamente), no âmbito das negociações internacionais sobre mudança do clima.

Características desejáveis: É desejável que a proposta de projeto busque um conjunto de atividades que auxiliem em relação aos seguintes aspectos: estruturação dos instrumentos de financiamento para mudança do clima face à nova realidade nacional e internacional; aperfeiçoamento da redução de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, aumentando a eficiência e eficácia do financiamento das ações de mitigação do país; apoio à política de financiamento para mudança do clima no Brasil, por meio de sua integração com resultados baseados em desempenho e de outros mecanismos de incentivos; apoio para a superação da lacuna de conhecimento, de elaboração e utilização de ferramentas que permitam avaliações em termos de gestão por resultados do financiamento de ações de mitigação no Brasil; contribuição com o cumprimento do compromisso nacional voluntário pré-2020 (NAMAs) e contribuições nacionais para o pós-2020 (iNDCs) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC).

3) Avaliação de Necessidades Tecnológicas do Brasil no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Technology Needs Assessment — TNA).

Escopo das propostas de projetos: O objetivo do primeiro projeto de TNA para o Brasil é identificar, avaliar e priorizar os meios tecnológicos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, de acordo com o artigo 4.5 da UNFCCC.

Espera-se que as propostas contenham os seguintes componentes:

- a) Organização da avaliação;
- b) Prioridades de desenvolvimento;
- c) Priorização de (sub) setores;
- d) Priorização de tecnologias;
- e) Construção de uma Estratégia Nacional e Plano de Ação; e
- f) Relatório Final.

Características desejáveis: É desejável que a proposta de projeto busque aplicar as diretrizes da UNFCCC para a condução de TNAs às condições específicas do Brasil, considerando as políticas nacionais de ciência e tecnologia, de meio ambiente e de desenvolvimento social e econômico.

Desse modo, convém não só identificar as necessidades tecnológicas do País, como também incluir as oportunidades e capacidades de oferta de tecnologias e serviços para outros países no âmbito do Mecanismo de Tecnologia da Convenção. O esforço de definição das prioridades tecnológicas do Brasil, tendo em consideração as capacidades tecnológicas locais, deverá aportar subsídios para que o País organize a atuação de sua Entidade Nacional Designada para o referido Mecanismo.

4) Desenvolvimento Tecnológico para o Aproveitamento Energético de Fontes Renováveis.

Escopo das propostas de projetos: Promoção e desenvolvimento de processos e tecnologias para o aproveitamento energético, elétrico e/ou combustível, por fontes renováveis obtidas por meio de resíduos agrícolas e de resíduos urbanos, sólidos e líquidos.

As propostas devem abordar os gargalos tecnológicos que ainda impedem a utilização em larga escala dessas tecnologias, buscando o desenvolvimento de tecnologias e soluções que envolvam tanto o setor público quanto o privado e analisando aspectos técnicos, econômicos e socioambientais. As propostas devem incluir análise de viabilidade para as aplicações de uso energético e, no caso de geração de energia elétrica, especificar também os desafios regulatórios a serem superados para a inserção desse tipo de geração na matriz elétrica brasileira.

Características desejáveis: Fomento ao desenvolvimento nacional de processos e tecnologias; geração de conhecimento e capacitação de recursos humanos; promoção de políticas públicas ou de ações de regulamentação setorial; envolvimento de empresas concessionárias ou permissionárias do serviço de distribuição de energia elétrica, quando for o caso; desejável envolvimento dos setores público e privado; buscar ganho de escala e ampliação da área do projeto, com aplicação em regiões com alto potencial de implementação; envolvimento de comunidades locais.

5) Segurança Alimentar e Nutricional e Adaptação às Mudanças do Clima.

Escopo das propostas de projetos: A proposta de projeto deve ter como objetivo geral a promoção da transição agroecológica, entendida como a transição de práticas convencionais de agricultura para práticas baseadas na agroecologia e voltadas à adaptação às mudanças climáticas e à sustentabilidade, visando à soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil.

A proposta deve estabelecer uma plataforma de conhecimento agroecológico, por meio da sistematização e gestão do conhecimento acumulado em pesquisas em Agroecologia e Produção Orgânica, gerando um espaço permanente de troca de saberes e difusão de práticas, além de promover soluções e tecnologias inovadoras.

A proposta deverá agregar iniciativas conduzidas por núcleos e centros tecnológicos em agroecologia, iniciativas de Institutos Federais e Universidades Públicas, além de outras instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão tecnológica responsáveis pela construção do conhecimento agroecológico.

Características desejáveis: A proposta deverá apresentar um conjunto de ações articuladas nos seguintes eixos:

- a) Governança — articulação interministerial e interssetorial, com integração com políticas públicas como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, engajamento da sociedade civil organizada, fortalecimento de redes e núcleos de agroecologia e iniciativas similares;
- b) Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional — consolidação de tecnologias e práticas sustentáveis na agricultura familiar e camponesa, promoção de saúde pública e transição de modelos convencionais para modelos agroecológicos, orgânicos sustentáveis. Difusão de inovações no ramo agroalimentar, em contextos que atendam à sustentabilidade econômica, social e ambiental;

- c) Quantificação e monitoramento da vulnerabilidade do sistema de produção agropecuária a choques econômicos, biológicos ou climáticos, visando assegurar uma produção regular destinada ao mercado interno e externo;
- d) Desenvolvimento ou aperfeiçoamento de ferramentas - baseadas em informação geoespacial - de mapeamento, rastreabilidade e monitoramento do uso e cobertura das terras, bem como de oferta, demanda e estoque de alimentos;
- e) Pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias valorizando experiências locais em sistemas de produção de base ecológica, adequadas à realidade de pequenos e médios produtores rurais. Desenvolvimento de técnicas para aumento da produtividade agrícola com minimização dos impactos ambientais e do uso de recursos naturais, principalmente por meio de práticas biotecnológicas, de agricultura de baixa emissão de carbono, de fertilização sustentável e de integração lavoura-pecuária-floresta. Pesquisa, desenvolvimento e inovação em melhoramento genético de linhagens animais e vegetais, visando menor impacto ambiental, recuperação de áreas degradadas e/ou aumento do valor nutricional;
- f) Inovação e Tecnologias Sustentáveis de Produção Alimentar — sistematização e validação de tecnologias alimentares inovadoras (cultivo de microalgas, agrobiodiversidade, biofábricas, entre outros), via definição de critérios de seleção de iniciativas promissoras para a soberania e segurança alimentar e nutricional; e
- g) Gestão do Conhecimento — desenvolvimento de plataforma de sistematização e difusão dos conhecimentos e saberes gerados, e em construção, a partir das iniciativas locais e fortalecimento do intercâmbio e troca de experiências entre os atores relevantes. Ampliação do intercâmbio de dados, mapeamento, rastreabilidade e monitoramento remoto do uso e cobertura de terras, bem como de oferta, demanda e estoque de alimentos no Brasil. Diagnóstico de riscos e oportunidades do sistema de produção agropecuária brasileira às mudanças climáticas e econômicas, internas e externas.

TEMAS PRIORITÁRIOS PARA QUÍMICOS E RESÍDUOS

1) Agricultura Orgânica e monitoramento de químicos e resíduos em alimentos

Escopo das propostas de projetos: A proposta de projeto deve visar à ampliação da capacidade analítica e de infraestrutura de laboratórios que atuam na área de resíduos e contaminantes em alimentos no Brasil, com vistas à ampliação e acreditação das análises implantadas, em especial para poluentes orgânicos persistentes (POPs) e mercúrio e determinar as especificações de referência para a produção industrial de cerca de 300 produtos fitossanitários destinados à produção orgânica e agroecológica, como uma das estratégias de minimização do uso de agrotóxicos no Brasil.

Características desejáveis:

- a) Apoio a projetos de P,D&I voltados à produção de insumos agrícolas destinados à produção orgânica e de base agroecológica, bem como à detecção de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal;
- b) Ampliação da infraestrutura e capacidade analítica de laboratórios de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal; e

c) Pesquisa e estabelecimento de especificações de referência para registro e comercialização de insumos fitossanitários destinados à intensificação da produção orgânica e de base agroecológica.

2) Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos

Escopo das propostas de projetos: As propostas devem trazer adicionalidade aos esforços conduzidos pelo Brasil para implementação de uma estratégica nacional para gestão de resíduos eletroeletrônicos, articulada com a gestão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio (ODSs).

Características desejáveis:

- a) Levantamentos e diagnósticos sobre o estado da arte no tema;
- b) Engajamento de partes interessadas e articulação multissetorial;
- c) Apoio à implementação de sistemas de logística reserva; e
- d) Apoio a projetos piloto de gestão de resíduos eletroeletrônicos.

TEMAS PRIORITÁRIOS PARA TERRAS DEGRADADAS

1) Recuperação de áreas degradadas e agricultura de baixo carbono — Apoio à implementação do Código Florestal.

Escopo das propostas de projetos: Desenvolvimento da recuperação de áreas degradadas e da agricultura de baixo carbono por meio de ferramentas inovadoras relacionadas a mecanismos de financiamento, arranjos institucionais, arcabouços legais e regulatórios, assistência técnica e extensão rural, plataformas de planejamento e monitoramento espaciais e pesquisa e desenvolvimento.

Características desejáveis: Alinhamento com o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Aichi da CDB, com os compromissos do país no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, com as Metas Nacionais de Biodiversidade, as metas de redução de emissões e planos previstos na Política Nacional sobre Mudança do Clima e com as políticas estabelecidas pelo Governo Federal e envolvimento dos setores público e privado. Potencial de alavancagem de recursos financeiros e de replicabilidade da proposta.

2) Geração de fluxos sustentáveis de serviços dos ecossistemas de florestas, incluindo terras áridas.

Escopo das propostas de projetos: Geração de serviços ecossistêmicos por meio da promoção de acesso a ferramentas inovadoras relacionadas a mecanismos de financiamento, tecnologia e boas práticas.

Características desejáveis: Alinhamento com o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Aichi da CDB, com as Metas Nacionais de Biodiversidade e com as políticas estabelecidas pelo Governo Federal e envolvimento do setor público e privado.

3) Ações para monitoramento dos biomas.

Escopo das propostas de projeto: Propostas voltadas para o desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento das mudanças no uso da terra, da degradação florestal, do desmatamento, de queimadas e das respectivas emissões nos diversos biomas.

Características desejáveis: As propostas devem ser elaboradas considerando a necessidade de aperfeiçoamento e de uso, no mínimo, de técnicas modernas e já referendadas para a produção de números oficiais; considerando as competências legais e orientadas para alcance dos marcos estipulados nos instrumentos de política ambiental, com destaque para a Estratégia Nacional de ReDD+ +, a política de combate ao desmatamento, os planos de combate ao desmatamento e a política nacional de combate à desertificação. Devem ser oferecidas também estratégias inovadoras de complementação do monitoramento satelitário que aprimorem o diagnóstico do impacto das queimadas e da extração de recursos florestais madeireiros sobre a dinâmica da floresta tropical.

TEMAS PRIORITÁRIOS PARA PROGRAMAS DE ABORDAGEM INTEGRADA

1) Cidades Sustentáveis.

Escopo das propostas de projeto: As propostas de projeto deverão articular ações já existentes com a promoção e validação de soluções e tecnologias inovadoras, promovendo a troca de experiências, a disseminação e o desenvolvimento de novos modelos de atuação interssetorial que impactem positivamente e promovam a sustentabilidade em municípios brasileiros.

As propostas devem abordar o desenvolvimento de processos e tecnologias que permitam a obtenção e a utilização sustentável e limpa de energia no meio urbano. Devem ser incluídas propostas que promovam a geração distribuída de energia no ambiente urbano, bem como a utilização racional de energia, tanto elétrica quanto combustível. As propostas devem incluir análise da viabilidade técnica e econômica das alternativas propostas, e se for o caso, especificar também os desafios regulatórios a serem superados para a utilização das tecnologias desenvolvidas em larga escala.

As propostas de projetos deverão estar alinhadas às diretrizes básicas estabelecidas pelo piloto de abordagem integrada do GEF, sendo capazes de atender à métrica de monitoramento de impacto e redução de emissões com base em ciência do clima em componentes que promovam soluções para sustentabilidade em assentamentos humanos, especialmente associados à adaptação e mitigação de mudanças climáticas.

Características desejáveis: As propostas deverão apresentar um conjunto de ações articuladas nos seguintes eixos:

- a) Governança — promoção e integração de políticas públicas e articulação interssetorial, fortalecimento de redes de cidades sustentáveis, capacitação e assistência técnica, instrumentos de planejamento e gestão;

- b) Energia e Saneamento — Eficiência energética e energias de fontes renováveis, inovações em mobilidade urbana e transporte coletivo, saneamento ambiental, agricultura urbana e periurbana, cidades inteligentes, smart grids, sensores inteligentes, geosensores, big data, arquitetura urbana sustentável, ambiente construído;
- c) Resiliência — ordenamento urbano, gestão estratégica de recursos naturais, desastres naturais, cidades costeiras, cenários de mudanças climáticas, adaptação às mudanças climáticas, serviços ecossistêmicos urbanos e crise hídrica;
- d) Gestão do Conhecimento — desenvolvimento de indicadores, metodologias, boas práticas e estudo de casos, promoção e disseminação de práticas de sustentabilidade, cooperação técnica em cidades sustentáveis, cooperação internacional; e
- e) Projetos Demonstrativos — apoio a pequenos projetos de demonstração, avaliação e validação de tecnologias inovadoras já existentes com fins de posterior aplicação em escala por meio de políticas públicas.

Outras características desejáveis:

- a) Envolvimento dos setores público e privado;
- b) Ampliação de sua área de aplicação, não ficando restritos às regiões que já detêm expertise e que concentram projetos desse tipo;
- c) Envolvimento das empresas concessionárias ou permissionárias do serviço de distribuição de energia elétrica, quando for o caso;
- d) Inclusão de proposições de políticas públicas ou de ações de regulamentação setorial; e
- e) Temas de interesse articulados com a proposta:
- Sistemas de geração distribuída de energia elétrica a partir de fontes renováveis e hidrogênio (solar fotovoltaica, solar concentrada, células a combustível, turbinas eólicas de pequeno porte, dentre outros);
 - Sistemas urbanos de transporte de baixo carbono (ônibus híbridos: elétrico-etanol; elétrico-hidrogênio, etc ou totalmente elétricos ou totalmente movidos a hidrogênio; sistemas de veículos elétricos sobre trilhos; sistemas urbanos de abastecimento de veículos elétricos e a hidrogênio, etc);
 - Desenvolvimento de tecnologias relacionadas ao conceito de redes elétricas inteligentes (smart grids) aplicadas tanto à gestão da demanda quanto da oferta de energia elétrica;
 - Tecnologias eficientes de iluminação — pública e particular;
 - Arquitetura bioclimática e eficiência energética em edificações (tanto na gestão do uso de energia nas edificações quanto no desenvolvimento de materiais de construção energeticamente eficientes);
 - Eficiência energética na indústria, especialmente naquelas energo-intensivas; e
 - Eficiência energética em cadeias produtivas não-metálicas de baixo valor agregado (gesso, cerâmica vermelha, entre outras).

TEMAS PRIORITÁRIOS PARA MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL

1) Restauração de Ecossistemas Florestais: reverter a perda dos serviços ecossistêmicos em paisagens florestais degradadas.

Escopo das propostas de projetos: Promoção da restauração de ecossistemas florestais e dos respectivos serviços ecossistêmicos por meio do desenvolvimento de capacidades técnica e institucional para identificar paisagens degradadas e monitorar a restauração dos ecossistemas florestais.

Características desejáveis: Alinhamento com o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Aichi da CDB, com os compromissos do país no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, com as Metas Nacionais de Biodiversidade e com as políticas estabelecidas pelo Governo Federal e envolvimento do setor público e privado.